
EDUCAÇÃO E DEMANDAS POPULARES: OS POPULARES E A LUTA POR EDUCAÇÃO NO BRASIL (1980- 1990)

*Leandro Machado¹
Georgete Moura²
Flávia Motta³*

Resumo

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais apresenta demandas muito diversas entre si. Demandas que variam de uma região para outra, conforme as necessidades educacionais e sociais de cada população. O tema que este ensaio se propõe a refletir, parte da relação entre educação e as demandas populares por educação no Brasil, a partir dos movimentos sociais organizados no país ao longo da década de 1980. Considerando as Manifestações de Junho de 2013 e os estudos de ANDERSON (2008), AMELUCCI (1989) e GOHN (2009), buscamos, em primeiro plano, desmistificar a ideia de que toda população demanda as mesmas ações do Estado quando o assunto é educação e, em segundo, apresentamos o lugar dos movimentos sociais brasileiros e das suas demandas e lutas para a manutenção da educação enquanto política social pública.

Palavras-chave: Educação. Movimentos sociais. Demandas populares.

POPULAR EDUCATION AND DEMANDS: THE POPULAR AND THE FIGHT FOR EDUCATION IN BRAZIL (1980-1990)

Abstract

Brazil, being a country of continental dimensions, presents very different demands among them. Demands vary from region to region, depending on the educational and social needs of each population. The theme that this essay proposes to reflect, part of the relationship between education and popular demands for education in Brazil, from the social movements organized in the country throughout the 1980s. Considering the Manifestations of June 2013 and the studies of In the first stage, we seek to demystify the idea that every population demands the same actions of the State when it comes to education, and secondly, we present the place of social movements (Anderson, 2008), Amelucci (1989) and Gohn (2009) And their demands and struggles for the maintenance of education as a public social policy.

Key words: Education. Social movements. Popular lawsuits.

¹ Professor do Departamento de Educação e Sociedade UFRRJ. Doutorando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador e Co-Líder do Grupo Currículo, Cultura e Política. Pesquisador do grupo Estudos Culturais em Educação e Arte.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do GEPELID – Grupo de estudos e pesquisas sobre linguagem e diferenças. Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação das cidades de Mesquita e São João de Meriti.

³ Coordenadora do PPEGEduc da UFRRJ. Professora Adjunta do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenadora da Disciplina de Educação Infantil 2 do curso de Licenciatura em Pedagogia do Consórcio CEDERJ/Fundação CECIERJ. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ministra as disciplinas Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Didática.. Psicóloga Escolar. Coordenadora do GEPELID - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Linguagem.

EDUCACIÓN Y DEMANDAS POPULARES: LOS POPULARES Y LA LUCHA POR EDUCACIÓN EN BRASIL (1980- 1990)

Resumen

Brasil, por ser un país de dimensiones continentales presenta demandas muy diversas entre sí. Demandas que varían de una región a otra, según las necesidades educativas y sociales de cada población. El tema que este ensayo se propone reflejar, parte de la relación entre educación y las demandas populares por educación en Brasil, a partir de los movimientos sociales organizados en el país a lo largo de la década de 1980. Considerando las Manifestaciones de Junio de 2013 y los estudios de (2009), AMELUCCI (1989) y GOHN (2009), buscamos, en primer plano, desmistificar la idea de que toda la población demanda las mismas acciones del Estado cuando el asunto es educación y, en segundo lugar, presentamos el lugar de los movimientos sociales Brasileños y de sus demandas y luchas para el mantenimiento de la educación como política social pública.

Palabras clave: Educación. Movimientos sociales. Demandas populares.

INTRODUÇÃO

Pensar a relação entre educação e as demandas populares por educação no Brasil não é algo fácil. Considerando que, no Brasil, um país de dimensões continentais, as demandas são muitas e diversas entre si. Essas demandas vão variar de uma região para outra, já que as necessidades educacionais e sociais do norte e nordeste do país podem não ser as mesmas das apresentadas pelas populações das regiões sul e sudeste. Além disso, essas demandas podem variar de um grupo social para outro, afinal as questões levantadas como necessidade para a classe média pode não ser semelhante àquelas apontadas pelas classes menos favorecidas economicamente. Mas as variações não param por aí, elas podem oscilar por conta dos traços culturais de um ou mais de um grupo, podem ser motivadas e alimentadas por conta das disparidades de gênero, pela disseminação do preconceito racial ou regional etc.

Assim, como podemos perceber essas tais demandas educacionais de natureza popular podem ter origens diversas. Na tentativa de simplificar, ou melhor, de tornar a discussão um pouco menos complexa, faremos um recorte temporal e abordaremos o assunto a partir das demandas apresentadas pelos movimentos sociais organizados no Brasil ao longo dos anos de 1980.

Esse movimento visa, em primeiro lugar, desmistificar a ideia de que toda população demanda as mesmas ações do Estado quando o assunto é educação. A

segunda proposição tem a intenção de revelar o lugar dos movimentos sociais brasileiros e das suas demandas e lutas para a manutenção da educação enquanto política social pública.

I

A ideia, distorcida por sinal, de que o “povo” brasileiro demanda sempre as mesmas coisas, tem sempre os mesmos interesses, cobra do Estado sempre as mesmas respostas tem ganhado a cada dia mais eco. De 2013 para cá, especificamente após as mobilizações “populares” de junho, o discurso de que um gigante adormecido havia se levantado, com todos os seus membros, e marcharia coletivamente e de modo unívoco em direção a um país mais organizado, no aspecto administrativo, a um Estado governado por agentes mais honestos – se é que seja possível medir os níveis de honestidade –, em direção a uma reorganização econômica das finanças públicas, ganhou difusão.

22/06/2013 00h38 - Atualizado em 22/06/2013 01h06

Opinião: 'O Gigante acordou, que seja para melhor'

Estudantes criticam violência e explicam movimento.

Maria Julia Wowczyk e Maria Isabel Lemos
Estudantes e brasileiras

"Mude, mas mude devagar, porque a direção é mais importante que a velocidade".
Clarice Lispector, brasileira.

Fonte: Retirado do portal G1, publicado em 22/06/2013.



The image shows a screenshot of a news article from the website EXAME.COM. The page has a red header with the site's logo and navigation links for 'Michel Temer', 'Lula', and 'Restituição do IR'. The main title of the article is 'O ano em que o gigante acordou' (The year the giant woke up), with a subtitle 'Tarifas de transporte foram estopim para protestos no Brasil' (Transport fares were the spark for protests in Brazil). The author is listed as 'Por Da Redação' (By the Editorial Staff) and the date is '© 26 dez 2013, 08h42'. On the left side, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, and Google+. The main image of the article depicts a person wearing a Guy Fawkes mask, a symbol of protest, holding a black flag with white text.

Fonte: Exame.com publicado em 26/12/2013.

Nesse período não faltaram jornalistas, artistas, humoristas, políticos e até cientistas que se diziam representantes dessa massa que, supostamente, agiria e pensaria sempre na mesma direção, levando em conta sempre os mesmos interesses. O discurso da vez é que o “povo” brasileiro havia acordado, estava mobilizado e desejoso de mudar com suas próprias mãos o destino do país.

As demandas eram muitas, tinham grupos que defendiam a revolução social de corte socialista e até anarquista ao lado daqueles que, anacronicamente, reivindicavam o retorno da Ditadura Empresarial-Militar, tinham os movimentos feministas e a comunidade LGBT lado a lado aos grupos que se manifestavam contra o aborto, tinham militantes do movimento negro cerrando fileira com os brancos de zona sul com suas empregadas negras que empurravam o carrinho da criança. Passado os meses, ou melhor, os dias de euforia, em que as manifestações políticas que tomavam conta do espaço público e se assemelhavam muito às micaretas, cheias de jovens e até de velhos com seus trajes característicos, com maquiagens característicos, com gritos e coreografias ensaiadas, a realidade parece se recompor.

Essa realidade, cruel por sinal, insistia em mostrar que aquele gigante que supostamente marchava na mesma direção na verdade não passava de uma versão contemporânea do Frankenstein, um corpo disforme, remendado forçosamente para parecer humano e coeso, mas que marchava capenga, pois hora o corpo desobedecia a cabeça em outra a cabeça parecia flutuar sem o corpo. Os braços e as pernas não tinham nenhuma sincronia, a lateralidade era extremamente prejudicada pois aquele encéfalo desmemoriado patinava constantemente entre a direita e a esquerda, para manter o equilíbrio na maior parte do tempo permanece estacionado no centro. Esse ser que não tinha nada de natural, que não passava de uma construção artificial, que fora criado nos laboratórios dos grupos políticos hegemônicos no país, que ocupam cargos nos executivos, no legislativo e no judiciário federal, estaduais e municipais, além de ocupar lugares de destaque nos canais de comunicação, nas transnacionais, no agronegócio, na manutenção dos fundos de pensão, etc., não conseguia manter níveis mínimos de coesão.

A falta de coesão também não era natural, mas ao mesmo tempo, diferentemente do ser, o tal gigante despertado, também não era artificial. A natureza da contradição, se é que podemos chamar assim, seria evidentemente histórica, não passava de uma comunidade imaginada, bem aos moldes de que nos fala Benedict Anderson (2008)

Aquele povo, aquela massa disforme, incoerente e pouco coesa só compartilhava de um sentimento de indignação construído. Todo o resto, ou seja, sua origem social, étnica, de gênero, cultural, religiosa, e aí por diante não tinha nenhuma consonância.

Aquela falta de coesão pode se explicar facilmente se recorrermos a um breve relato da história do Brasil. O discurso capilarizado naquela ocasião ganhou uma repaginada para se adequar as necessidades presentes na contemporaneidade, entretanto, não é algo novo. Benedict Anderson (2008) nos mostra que, ao longo da história, esse discurso generalizante foi utilizado para canalizar as energias coletivas em torno da construção dos projetos de nação. A ideia era esvaziar de sentido as contradições e conflitos que marcam as realidades sociais dos mais variados países espalhados pelo planeta. O projeto nacional deveria se sobrepor aos projetos individuais dos grupos organizados residentes e atuantes em um país determinado.

No Brasil isso não seria diferente, o lema que supostamente orientava o governo de Luiz Inácio Da Silva, por exemplo, era “Brasil, um país de todos”, na palavra “todos” do lema estavam contidos desde o sem terra ao grande latifundiário, as corporações empresariais e financeiras e o operário do chão da fábrica, o empresário e sua empregada doméstica, seu porteiro, caseiro, motorista, etc. A estratégia é dissolver a contradição afim de garantir que essas forças que, por sua natureza social, étnica, cultural, ideológica e política, tendiam a se enfrentar passem a agir em torno de um objetivo maior e comum.

O problema desse discurso é que ele, por ser artificial, é também volátil, sofrendo oscilações provocadas pelo contexto social, político e econômico que o país vivencia. Nos momentos de crise, de qualquer uma dessas esferas, toda coesão vai para o espaço, fazendo que a contradição imanente se revele com toda força. Foi assim agora, mas também foi assim em outros momentos da história do Brasil, revelando que as demandas são diversas pelo simples fato de que habitar o mesmo território não nos tornam todos iguais social, política e economicamente.

Isso pode ser percebido facilmente após a euforia “coxinha” da primeira hora das mobilizações de junho de 2013, como nos fala Paulo Arantes (2014), nos meses que se seguiram velhos conhecidos da sociedade brasileira voltam às ruas. Os partidos políticos ligados à esquerda tradicional e contemporânea, mas principalmente os movimentos sociais e sindicais, muitos deles com sua data de nascimento em um

momento específico da história do país, voltam a ocupar as ruas e colocar para a sociedade e para o Estado brasileiro as suas demandas. Curiosamente o clima de festa começa a acabar quando o traje característico muda de cor, quando sai a camisa amarela da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e retornam as camisas e bandeiras vermelhas ou pretas, a parte do tal gigante que se recusava a caminhar para a direita vai ganhar um novo velho apelido carinhoso. Os vândalos seriam agora a parte doente que o corpo do gigante rejeitou. Comportando-se diferente do todo, caminhando em outra direção, os ataques não viriam apenas na ordem do discurso, iniciaria uma repressão intensa por parte do Estado. Isso mostra concretamente que esse corpo não é tão coeso assim, e faz questão de colocar todo seu sistema imunológico para expurgar aquilo que ele rejeita. Aquilo que ele rejeita tem uma data de nascimento comum, são as organizações sociais que nascem ou se recompõe na década de 1980.

II

Nos anos de 1970, no vácuo político deixado pela ditadura empresarial-militar uma série de novas organizações políticas começam a emergir no cenário nacional. Inicialmente as demandas apresentadas não teriam supostamente uma ligação direta com a macro-política, já que se restringiam às reivindicações que faziam parte da ordem dia, do cotidiano dos grupos e indivíduos. Segundo Alberto Melucci (1989, p. 50), essas novas formas de organização possuem algumas características peculiares, mas o grande destaque se refere à sua natureza não-conjuntural.

As novas formas de agregação social tem uma natureza permanente e não-conjuntural. Elas coexistem com outras categorias mais consolidadas (como as classes, os grupos de interesses e as associações) e, embora variem em suas formas empíricas, são um componente estável e irreversível dos sistemas sociais contemporâneos.

O que significa que ao observar as novas formas de organização social que ele chama de Movimentos Sociais (MELUCCI, 1989), percebemos que as suas preocupações, as suas demandas e reivindicações estão vinculadas ao cotidiana, às questões objetivas que emergem da ordem do dia. Se supostamente ter uma relação orgânica com as ideologias de natureza macro ligadas ao pensamento da esquerda

tradicional, essas novas organizações ou formas de agregação social nascem no seio da ditadura empresarial-militar sem enfrentar muitas resistências por parte do sistema.

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que luta pelo acesso a algum tipo de moradia etc. junto com as demandas populares – de forte conteúdo social por expressarem o lugar que ocupam no processo de divisão do trabalho, a exploração e espoliação a que são submetidos e a ausência de direitos sociais elementares -, encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano da produção ou dos direitos humanos, vida, saúde, educação e moradia, mas igualmente expropriados no plano dos direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação. Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (GOHN, 2009, p. 16)

Essa multiplicidade de reivindicações e bandeiras, essa heterogeneidade de interesses de indivíduos e grupos ganha maiores proporções no final dos anos de 1970, mas principalmente nos início dos anos de 1980. Seguindo uma tendência mundial os grupos em defesa dos direitos civis vão pipocar pelo país. Associado a isso, os efeitos da crise econômica mundial da década de 1980 tornam as condições de vida na periferia do sistema muito mais difícil. Direitos sociais elementares como o acesso à saúde, à moradia, à educação, etc. só se realizam com muita mobilização social.

Nesse sentido, a década de 1980, considerada por muitos economistas e cientistas sociais conservadores como a década perdida, vai servir de cenário para a emergência das organizações sociais de massa mais importantes que o Brasil já produziu. Dentre essas organizações estão o Partido dos Trabalhadores (heterogêneo na sua organização por tendências e grupos de interesse), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As três organizações surgem na primeira metade da década de 1980, momento em que a ditadura ainda não tinha chegado ao fim.

III

Maria da Glória Gohn (2009) nos mostra que as demandas são muitas e variadas, mas existem uma série de demandas que de algum modo, por se tratarem de questões que impactam a sociedade no seu conjunto, acabam se tornando elementos de confluência. Uma dessas demandas é a luta por educação.

Como tentamos mostrar, no início da nossa reflexão, mesmo as demandas por educação não tem uma natureza comum. Nesse sentido, a educação não teria um sentido genérico, mas estaria ligada aos interesses dos grupos sociais que a reivindicam.

Assim, em primeiro lugar, vale destacar que tanto para Maria da Glória Gohn (2009), quanto para Roseli Caldart (2004) o movimento social já é em si uma instância educativa. Isso significa que mesmo quando o movimento social não luta por educação no seu sentido restrito, já realiza educação no seu sentido ampliado. Em outras palavras, a criação, a organização, o funcionamento, as mobilizações são questões que se ensine e aprende a medida em que se realizam, desse modo, mesmo sem ter muito claro esse sentido educativo do movimento, à medida que o sujeito participa de seus processos ele está, em tese, sendo educado para o exercício da política. Daí a necessidade de reivindicar a liberdade política e organizativa.

Ainda no que se referem às demandas por educação em seu sentido amplo, Maria da Gloria Gohn (2009, p.59), aponta que as organizações da sociedade civil mobilizadas na década de 1980 reivindicavam uma série de demandas:

Demandas educacionais na sociedade

1. Educação ambiental
2. Educação sobre o patrimônio histórico cultural
3. Educação para a cidadania
4. Educação sanitária e saúde pública
5. Educação popular
6. Educação de menores e adolescentes
7. Educação de minorias étnicas: índios
8. Educação contra a discriminação: sexo, idade, cor, nacionalidade
9. Educação para deficientes
10. Educação para o trânsito e de convivência em locais públicos
11. Educação contra o uso de drogas
12. Educação sexual
13. Educação contra o uso da violência e pela segurança pública
14. Educação para a geração de novas tecnologias

Percebe-se que as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, entendendo a sociedade civil como um todo heterogêneo, que contempla, ao mesmo tempo, organizações patronais e organizações dos trabalhadores, estão voltadas para uma melhor organização da vida em sociedade. Afinal depois de 20 anos de ditadura empresarial-militar, os problemas que se apresentavam agora, estavam todos associados à difusão do sentimento e da cultura democrática no país. Florestan Fernandes (1989), por exemplo, em *“O desafio Educacional”*, aponta para a necessidade de que a educação cumpra uma função dialeticamente democrática, democratizando-se e contribuindo para a democratização da sociedade brasileira simultaneamente.

De fato as demandas por educação no seu sentido amplo contemplam as classes populares em seu cotidiano, no entanto, vai ser na luta por educação escolar que seu protagonismo vai ser mais intenso, considerando que os efeitos da falta de oferta de educação pública em todos os níveis seriam nocivos para as classes populares, já que, na maior parte das vezes, esse grupo social não possui recursos exclusivos para arcar com despesas em educação.

Assim, mesmo entendendo as contradições relacionadas à oferta de educação pública em todos os níveis, como aponta Maria da Glória Gohn (2009), é importante destacar que na década de 1980 as reivindicações populares por educação pública e gratuita compatível com a sua realidade vai forçar o Estado a responder em forma de política pública. A ampliação das vagas na creche e na pré-escola, no texto de Fúlvia Rosemberg (1984), *“Movimento de Mulheres e a abertura política no Brasil: o Caso da Creche”*, a demanda por unidades públicas ou nos locais de trabalho para atendimento à criança pequena era uma demanda levantada pelo movimento feminista a décadas e uma condição necessária à liberação da mulher para a entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, mesmo entendendo que, inicialmente a demanda não foi atendida da melhor maneira, como nos mostra Maria da Glória Gohn (2009), a criação de uma política pública de educação infantil contribuiu para a emancipação econômica das mulheres mães de classes populares.

O ensino de 1º e 2º graus, foi configurado em mais uma frente de luta, já que as redes não comportavam toda demanda. Além disso, os movimentos sociais e alguns intelectuais ligados ao pensamento de esquerda, como Florestan Fernandes (1989), tinham a preocupação de que a expansão das redes não acontecessem de qualquer forma, mas que observassem a manutenção de níveis aceitáveis de qualidade. Essa preocupação com a formação se justificava por conta da importância que ela supostamente teria no processo de democratização e transformação da realidade social e política brasileira (GOHN, 2009).

Outra demanda por educação escolar levantada pelas classes populares, segundo Maria da Glória Gohn (2009), refere-se a ampliação de vagas na EJA. Sobre a ampliação do número de vagas na educação de jovens e adultos, a reivindicação dos movimentos sociais focavam na ideia de que os indivíduos, que não tiveram a possibilidade de cursar o primeiro e o segundo grau em idade compatível, pudessem fazer em local, horário e com metodologia própria, que contemplasse as necessidades educacionais dos trabalhadores em formação.

Soma-se isso, a luta pelo ensino superior noturno nas universidades, já que uma parte significativa dos estudantes-trabalhadores eram excluídos do ensino superior por não conseguirem estudar em período diurno. Como vimos as demandas eram muitas, já que o embora tivesse começado a acontecer o processo de expansão das redes de educação, o risco apontado por Florestan Fernandes (1989) parecia se confirmar.

Nessa perspectiva, percebe-se que as organização popular no Brasil fortaleceu uma série de direitos sociais, influenciou o processo de formulação de um vasto regimento legal que, embora tenha natureza contraditória, trazem em seu interior algumas potencialidades para a melhoria das condições de vida das classes populares. Nesse período, foi instalada a constituinte (1986) e a aprovada a Constituição Federal (1988), garantindo liberdade de organização, direito à saúde e educação pública, participação democrática, etc., tudo isso escrito no corpo da lei, possibilitando a organização política para cobrar do Estado as suas responsabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democratização truncado da sociedade brasileira, após 20 anos de ditadura empresarial-militar, manteve intacta a estrutura de poder. A classe dominante nacional, tomada por seu espírito periférico, assumia como projeto nacional o desmonte do Estado brasileiro (FERNANDES, 2013). A ideia de nação defendidas por Ernest Renan (2006) parecem não se realizar na periferia do capitalismo mundial, pois no Estado de desenvolvimento econômico retardatário, como é o nosso caso, o desenvolvimento social e cultural seguem o mesmo movimento. Nesse sentido, a ideia de nação se realiza apenas como uma comunidade imaginada, criada artificialmente, sem conexões reais e projetos em comum.

A democratização da sociedade brasileira era uma das principais bandeiras dos novos movimentos sociais, tanto para Maria da Glória Gohn (2009) quanto para Alberto Melucci (1989). No entanto, esse projeto só se realiza no papel, pois com a estrutura de poder inalterada a ideia de igualdade só se materializara no seu aspecto jurídico, nas suas dimensões política, social e econômica isso nunca aconteceu.

A permanência das condições de desigualdade certamente sedimentou o caminho pelo qual passariam os novos movimentos sociais, que evidenciaram ao longo de toda década de 1980 as condições precárias de existência que marcavam o cotidiano

das classes populares no Brasil, justificando a efervescência política e social daquela década.

Passado essa era de grandes mobilizações, do final dos anos de 1970 ao terceiro quarto de 1980, de construção de importantes organizações sociais e políticas, como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, etc., os novos movimentos sociais começam a perder força. Nesse mesmo contexto, o mundo capitalista começa a reorganizar as suas formas de produzir. Reestruturando as economias globais.

Esse processo de reestruturação passa necessariamente pela recomposição do Estado e de suas funções. O Estado começa a ser reduzido de dentro para fora, pelos agentes dos executivos, legislativos e judiciários ou instituições semelhantes, limitando as suas ações sociais e distributivas. Essa lógica, adotada no Brasil já no início dos anos de 1990, como nos mostra Höfling (2002), acompanha uma tendência mundial.

A coisa pública começa ser desmontada pelo discurso, midiático e político, de ineficiência do Estado brasileiro (MORAES, 2002). De modo geral, os canais de comunicação veiculavam cotidianamente os problemas envolvendo a saúde pública, as escolas e universidades públicas e a previdência social. A marca do serviço público, segundo esse discurso, seriam as greves frequentes, o alto custo para o Estado e a baixa qualidade na oferta (HÖFLING, 2002; MORAES, 2002).

Na contramão desse discurso estariam as organizações populares lutando pela consolidação e manutenção de direitos sociais, políticos, civis, etc. por décadas essas organizações lutaram sozinhas contra os desmandos do Estado brasileiro em todas as suas esferas, já que se por um lado o Estado foi esvaziado de suas funções sociais, por outro foi transformado em uma estrutura com alto potencial coercitivo e punitivo.

Essa mudança na estrutura do Estado era necessária para conter o movimento de resistência ao fluxo de reformas iniciadas no fim dos anos de 1980 e início de 1990. Ocupações de terra, as greves, as manifestações passam a ser tratadas como caso de polícia, sobretudo quando do outro lado estavam os populares e suas organizações políticas, com projetos minimamente coesos e com perspectivas de transformação da sociedade brasileira mais radical.

Assim, diferentemente do que vimos nas mobilizações de 2013, em que as demandas eram apresentadas sem nenhuma coerência orgânica com projetos coletivos e maiores de sociedade, os braços e as pernas do gigante adormecido já se moviam a décadas. Esses braços e pernas, que carregavam o corpo inerte do gigante, que vivem do

próprio trabalho, que sobrevivem do subemprego, do trabalho precário de todo tipo, que se deslocam pelas ruas caóticas da cidade em busca de melhores condições de existência são historicamente amputadas de sua própria história. Como um membro transplantado, rejeita radicalmente o corpo que compartilha por não se reconhecer nele. Ao mesmo tempo, o corpo que recebe o membro o recusa por entender que eles não possuem a mesma natureza orgânica. As contradições internas desse ser moribundo são tão intensas, que ele só resiste a uma primavera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (públicas) sociais. In: *Políticas Públicas e Educação*. Campinas: Caderno Sedes, 2002.
- MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* São Paulo: Lua Nova, 1989. Edição nº17.
- MORAES, R.C. Reformas Neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In: *Políticas Públicas e Educação*. Campinas: caderno cedes, 2002.
- RENAN, Ernest. *O que é uma nação*. Tradução de Glaydson José da Silva. Revista aula: história cultural em multimídia. Volume 1. Campinas: unicamp, agosto/2006.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o Caso da creche*. Caderno de Pesquisa, nº 51, páginas 73-79. São Paulo: novembro, 1984.20